

Achou o vale brinde ... Ganhou*

Maria Beatriz Nascimento Decat

(UFMG)

Um enunciado como esse costuma aguçar a mente do pesquisador-detetive, impelindo-o na busca de explicações para o fenômeno ali detectado: a relação de condição que emerge entre as duas partes do enunciado, ou seja, achou o vale-brinde e ganhou. Imediatamente surgem as primeiras indagações:

- o que existe naquela estrutura que permite que se lhe atribua o mesmo significado do enunciado “**Se achar o vale-brinde, ganha**”?
- seria essa uma estrutura de coordenação ou de subordinação?
- o que leva a relação de condição a se manifestar, em alguns casos, através do processo de subordinação, com a presença, no caso em questão, do conectivo “se”, e, em outros, por uma ‘aparente coordenação’?
- é possível detectar-se também uma relação de condição num enunciado como “**Faça isso e você apanha**”; ou uma relação de concessão no provérbio **Casa de ferreiro, espeto de pau**?
- qual o papel de cada porção desses enunciados no discurso maior em que se inserem?

Buscando elucidar questões como essas, costuma-se deparar, por um lado, com a insuficiência ou inadequação de análises tradicionais para explicar satisfatoriamente tais fatos em seu comportamento na língua. Por outro lado, mesmo na lingüística moderna não se encontram facilmente subsídios para o esclarecimento dessas indagações. Isso porque os caminhos por ela trilhados têm feito da predicação e da complementação os aspectos privilegiados nas diferentes pesquisas, relegando a segundo plano, ou mesmo ignorando, a necessidade de se conhecer, através de investigação sistemática, a natureza de um processo importante na organização do

discurso, qual seja o da **combinação**, ou **articulação, de orações**, principalmente quando dessa articulação emerge uma **relação adverbial**.

Muito se tem discutido sobre a natureza da subordinação e sua relação com a coordenação. Com algumas exceções (por exemplo, CHAFE, 1984), pouco se tem falado do problema geral da subordinação em termos da estrutura do discurso e que as chamadas ‘orações subordinadas’ aparecem. A metodologia tradicional empregada por lingüistas nos estudos de sintaxe tem ficado, quase que exclusivamente, confinada ao estudo de sentenças isoladas (seja quanto ao estudo de seu significado seja quanto ao estudo de sua estrutura, atendo-se, como foi apontado acima, a aspectos de predicação e complementação), distanciadas não só de seu produtor – o falante – como também do contexto comunicativo em que elas estão inseridas. Embora uma análise que utilize tal metodologia seja importante, ela é apenas um passo preliminar necessário à investigação lingüística.

Na tarefa de distinguir coordenação e subordinação, nem todos os gramáticos acreditam tratar-se de uma dicotomia bem definida, bem delineada. De modo geral, tal distinção se fundamenta na noção de dependência, ora formal, sintática, gramatical, ora semântica, o que acaba levando à circularidade das definições. Caracterizada como um processo em que se manifesta uma relação de dependência, a subordinação se contrapõe, vista dessa forma, ao paralelismo de funções sintáticas freqüentemente usado como parâmetro para a caracterização da coordenação. Por outro lado, embora admitindo, muitas vezes, a existência de casos a que chamam de coordenação aparente (ou ‘falsa coordenação’) e de subordinação aparente, os gramáticos tradicionais não chegam a estabelecer uma distinção entre aparência formal e função real.

Por vezes se utiliza da noção de seqüencialidade como parâmetro para diferenciar coordenação de subordinação. Assim é que, para CÂMARA JR. (1964), tal diferenciação se baseia no fato de as orações tidas como independentes poderem se coordenar em seqüência. De outras vezes a subordinação é vista também como um conceito ligado à natureza da oração, contrapondo-se à coordenação, que é acidental. Dentro desse enfoque, costuma-se dizer que uma oração É subordinada e ESTÁ coordenada. Decorre disso que a subordinação “é a relação de dependência entre as funções sintáticas” (CHAVES DE MELO, 1968: 233), ao passo

que na coordenação se tem um “paralelismo de funções ou valores sintáticos idênticos” (id. ib.).

Um outro parâmetro para a distinção entre coordenação e subordinação é a conjunção, cuja presença é considerada como marca de subordinação, sendo por ela que as orações se fazem subordinadas, como postula SOARES BARBOSA (1875). Ora, se se coloca a conjunção como responsável pela subordinação, parece não ser possível admitir a existência de subordinação (ou hipotaxe) sem a conjunção. No entanto, dentre os próprios gramáticos tradicionais há os que apontam para a existência do que chamam de “subordinação assindética”, do mesmo modo como acontece em vários casos de coordenação. A ausência da conjunção numa estrutura como

Achou o vale-brinde... ganhou

não elimina a relação adverbial existente entre as orações. O papel da conjunção, nesse caso, poderia ser, quando muito, o de explicitar a relação aí existente.

Um outro parâmetro para caracterizar a subordinação, e distingui-la da coordenação, nas análises tradicionais, é o do **exercício de função em outra oração**, o que constitui um problema. É bom lembrar que, no caso de orações adverbiais, nem sempre uma oração está exercendo função em outra. Ela pode, simplesmente, estar servindo, no discurso, do que CHAFE (1984) chama de “guia”, “pista” para o que vem a seguir.

O critério semântico leva também alguns gramáticos – ao contrário de outros que atribuem o caráter dependente somente a orações subordinadas – a postular a existência de duas espécies de dependência: a dependência de coordenação e a de subordinação. Por outro lado, a caracterização em bases semânticas, exclusivamente, não se apresenta como adequada para estabelecer a diferença entre coordenação e subordinação. Primeiramente, o estabelecimento dessa oposição com base na possibilidade de uma oração poder, ou não, constituir por si só um enunciado é uma postura refutável. Isso porque, mesmo em se tratando de uma construção de coordenação, não é possível admitir que uma oração como mas ele não veio em

Eu o esperei mas ele não veio

ou e você apanha em

Faça isso e você apanha

possa constituir sozinha um enunciado.

A necessidade de um esclarecimento das noções apontadas acima, bem como do próprio conceito de **subordinação**, tem proporcionado estudos mais específicos na **lingüística** moderna. Assim é que, mais do que dizer se uma oração é, ou não, subordinada, interessa saber que tipo de relacionamento as cláusulas mantêm entre si, ou seja: se integradas estruturalmente em outra por **encaixamento**, ou se articuladas para modificar ou expandir, de alguma forma, a informação contida em outra cláusula, o que se caracteriza como **hipotaxe**. Embora alguns lingüistas ainda se prendam aos níveis sentenciais, outros há que conduzem suas análises para um âmbito mais amplo, qual seja o do discurso, numa **abordagem funcionalista**, com o objetivo de verificar a inter-relação entre a configuração formal, gramatical dos enunciados (**forma**) e o papel que eles exercem no discurso (**função**), tendo em vista a função comunicativa. Nas análises mais recentes, procura-se estabelecer a relação existente entre um enunciado com o discurso antecedente e o discurso subsequente, considerando a função textual de coesão e o contexto comunicativo em que o enunciado ocorre.

O tratamento insuficiente dado à ‘subordinação’ adverbial nas análises tradicionais ou mesmo em enfoques lingüísticos mais modernos impede que se estabeleça uma relação, ou uma semelhança, entre as estruturas vistas acima, ou seja: atribuindo às cláusulas o caráter de coordenadas ou subordinadas em termos da forma como estão realizadas, as análises vigentes não permitem que se perceba, na maneira aparentemente diferente como as orações se articulam, a manifestação de um mesmo fenômeno. Também as abordagens tradicionais não abrem possibilidade para uma análise que estabeleça as características de um enunciado, ou mesmo de uma oração, como podendo ser uma conseqüência do discurso mais amplo do qual ele faz parte. Embora muitas vezes cumprindo o objetivo proposto, mesmo assim as análises tradicionais se mostram insuficientes por não explicitarem a **função discursiva** dos enunciados ou de parte deles. Casos como o de construções sintáticas diferentes mas com equivalência de funções no discurso não têm como ser explicados naquelas abordagens, restritas que são a critérios formais e a níveis sentenciais. Até mesmo as “falsas coordenações” não logram uma explicação satisfatória pela

Gramática Tradicional. Embora esse modelo aponte para esse aspecto da relação entre as proposições, continua mantendo a análise das sentenças isoladas, atribuindo a elas classificações baseadas somente na presença de um conectivo dado como “coordenativo”. Assim é que o enunciado

Faça isso e você apanha

será analisado pela Gramática Tradicional como uma estrutura de coordenação de orações de “mesma natureza”, ligadas pelo conectivo **e**. A segunda dessas orações é, naquele modelo, classificada como coordenada aditiva em função do conectivo que a encabeça. Mais uma vez o critério formal deixa de fora um importante aspecto dessa estrutura, que é a relação de condição emergente entre as duas cláusulas, falseando, assim, a natureza dessa articulação.

Fatos como esses acima levantados justificam a necessidade de se dar um tratamento mais abrangente à subordinação adverbial em português, de tal modo a levar em conta a função discursiva de construções como essas. Somente uma tal abordagem vai mostrar, por exemplo, que a anteposição de uma cláusula adverbial poderá estar servindo a uma estratégia discursiva qualquer. Apenas um tratamento que não se prenda a critério formal de presença de conectivo e leve em conta o nível além da sentença poderá detectar as relações implícitas mantidas entre as orações que se articulam hipoteticamente. Não importa saber, portanto, se uma oração é “coordenada” ou “subordinada”, “dependente” ou “independente”; importa estabelecer, ou resgatar, a rede de relações que governam a articulação das cláusulas hipotáticas para a organização do discurso, bem como as funções discursivas. A abordagem funcional-discursiva vai permitir resgatar a relação entre as funções da linguagem e a própria língua em uso, considerando os efeitos que a utilização de uma determinada estrutura vai produzir no discurso. Entendendo como discurso todo e qualquer produto da atividade de linguagem numa situação real de comunicação, trabalha-se, nessa abordagem, com a noção de Língua em sua manifestação externa, ou seja, a língua em uso. E sendo funcional, envolvendo, portanto, as situações reais de comunicação, a análise irá considerar, obviamente, a função comunicativa da linguagem. Sendo discursiva a análise irá considerar o relacionamento das orações com porções maiores do que simplesmente uma ‘sentença’, em termos do que é **nuclear** e **periférico** na organização do discurso. Em outras palavras, discursivo aqui tem a ver com a maneira

como o falante organiza seu discurso de forma a torná-lo coerente e coesivo.

Funcional significa, também, lidar com a relação entre as funções da linguagem e a língua em uso. Assim, os enunciados estarão servindo a uma função discursiva qualquer, seja para estabelecer coesão, seja para expressar, no caso das orações adverbiais, o FUNDO em oposição à FIGURA, seja como pontes de coerência servindo de guia para o discurso subsequente, numa função catafórica, ou retomando anaforicamente o discurso anterior, ou parte dele.

Em resumo, uma visão funcional-discursiva compreende: a) a consideração de unidades maiores que a sentença (embora as orações possam se articular com outra dentro de uma mesma sentença); b) o uso que o falante faz das opções para atingir determinados propósitos comunicativos; c) a consideração do contexto maior em que a oração se insere.

Assim, a abordagem funcional-discursiva do fenômeno da articulação de orações abre, ao contrário do enfoque tradicional ou de outros da lingüística moderna, a possibilidade de se dar conta da função a que uma oração adverbial serve numa porção maior de discurso. Noções como ‘subordinação’ ou ‘dependência’ já não se fazem necessárias para o estudo da articulação de cláusulas. No caso da articulação adverbial, por exemplo, interessa, mais do que saber se se trata de subordinação, verificar a importância do papel coesivo da oração adverbial. Tal importância se faz sentir dentro do próprio sistema da língua, ao se deparar com o esvaziamento semântico das conjunções que costumam encabeçar tais orações. Exatamente por ter essa função coesiva é que a cláusula adverbial pode até mesmo prescindir de um conectivo; ou, quando esse ocorre, muitas vezes está servindo apenas de um reforço para a articulação da cláusula com o discurso em que se insere.

Através de uma abordagem funcional-discursiva é possível também verificar como esse caráter coesivo da oração adverbial permite a relação entre ‘períodos’, ou entre parágrafos na língua escrita. Funcionando, por exemplo, como ‘ponte de transição’, referindo-se a uma porção anterior de discurso, ou como ‘tópico’, a oração adverbial coloca-se como o elemento inicial do parágrafo, considerado por LONGACRE (1979) como uma unidade estrutural, mais do que ortográfica. A oração adverbial será, numa tal abordagem, um indício para a delimitação dessas partes.

Finalmente, e retomando o que foi exposto no início, numa abordagem funcional-discursiva não haverá lugar para se falar em estruturas “aparentemente coordenadas”, ou “aparentemente subordinadas”, ou “falsas coordenações”. A identificação das orações em termos discursivos evitará que se atrele a sua classificação a critérios puramente formais, e exclusivamente no nível sentencial. Por outro lado, a utilização de uma dicotomia na definição dos processos de articulação de cláusulas não dará conta daqueles casos considerados limítrofes. O que importa é atentar para os efeitos que a utilização de um determinado processo de articulação de cláusulas vai produzir no discurso, o que leva a entender que “formas com origens gramaticais diferentes podem tornar-se equivalentes no discurso” (LABERGE & SANKOFF, 1979: 439).

* O presente texto tem origem na tese de doutorado da autora, defendida junto à PUC-SP em novembro de 1993, e intitulada “**Leite com manga, morre!**”: da hipotaxe adverbial no português em uso”, inédita.

Referências Bibliográficas

- CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática*. 2. ed. refundida. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1964. 369 p.
- CHAFE, Wallace L. How people use adverbial clauses. In: ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 10, 1984, *Berkeley. Proceedings...* Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1984. p.437-449.
- CHAVES DE MELO, G. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968. 404 p.
- LABERGE, S., SANKOFF, Gillian. Anything You Can Do. In: GIVÃN, T. (Ed). *Syntax and Semantics* (Discourse and Syntax). New York: Academic Press, 1979. v. 12. p.419-440.
- LONGACRE, R.E. The paragraph as a grammatical unit. In: GIVÃN, T. (Ed). *Syntax and Semantics* (Discourse and Syntax). New York: Academic Press, 1979. v. 12. p.115-134.
- SOARES BARBOSA, Jerônimo. *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (ou Princípios da Gramática Geral Aplicados à Nossa Linguagem). 6. ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1875. 320 p.